



DIREITO PENAL
Noções Fundamentais
Mini-Simulado
10 Questões

WWW.VOCACAOMILITAR.PT

VISITE NOSSA PÁGINA NO INSTAGRAM
[@VOCACAOMILITAR](https://www.instagram.com/VOCACAOMILITAR)

1) O Artigo 5º, Inciso XL da Constituição da República prevê que “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. Tal dispositivo constitucional refere-se ao princípio da:

- A) individualização da pena.**
- B) legalidade estrita**
- C) retroatividade benéfica da lei penal.**
- D) irretroatividade total da lei penal.**
- E) aplicação imediata da lei processual penal.**

2) Com relação ao Código Penal e ao Código de Processo Penal, é correto afirmar que o Código

- A) Penal contempla que se considera praticado o crime no momento do resultado.**
- B) de Processo Penal considera que, nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento do Ministério Público ou de quem tenha qualidade para intentá-la.**
- C) Penal contempla que não excluem a imputabilidade penal a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.**
- D) De Processo Penal contempla que, nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito permanecerão na posse da autoridade policial aguardando a iniciativa do ofendido, sendo autorizada a entrega ao requerente, se o pedir, mediante traslado.**

3) Lei temporária estabelece que constitui delito a venda de bebidas alcoólicas no raio de dois quilômetros dos locais destinados à realização da Copa América no Brasil. Considerando hipoteticamente que João pratique tal delito no período de vigência da lei em comento, em suma, o juiz poderá condená-lo

A) após o prazo de vigência da lei temporária, dado que o delito ocorreu durante a vigência desta.

B) se a prática do delito for anterior à vigência da referida lei temporária.

C) somente até a data de término de vigência da referida lei temporária.

D) se a prática do delito for posterior à vigência da referida lei temporária.

E) se a venda de bebidas alcoólicas ocorreu no raio de cinco quilômetros, visto que o delito aconteceu durante a vigência da lei temporária.

4) Assinale a alternativa correta sobre a teoria da ubiquidade utilizada no Direito Penal e que trata do lugar do crime.

A) Considera-se praticado o delito no local no qual se produziu ou deveria ter sido produzida a ação, ainda que tenha sido outro o lugar do resultado

B) O lugar do crime e aquele onde o resultado se verificou, pouco importando o lugar no qual a ação ou omissão se deu

C) O lugar do crime e aquele no qual se realizou a ação ou a omissão, tanto quanto o lugar onde se realizou ou deveria ter sido realizado o resultado

D) O lugar do crime é aquele onde o agente é capturado em razão da prática do fato tipificado como infração penal

5) Em ação criminosa fraudulenta praticada no exterior, o patrimônio de uma autarquia brasileira, vinculada à União, é lesionado, dando-se o resultado igualmente no estrangeiro. As evidências colhidas apontam, ainda, que o resultado sequer deveria ter ocorrido no Brasil. Nessa hipótese, a lei penal brasileira:

- A) pode ser aplicada, em virtude da extraterritorialidade condicionada.**
- B) pode ser aplicada, em virtude da extraterritorialidade hiper-condicionada.**
- C) não pode ser aplicada.**
- D) pode ser aplicada, em virtude do princípio da territorialidade.**
- E) pode ser aplicada, em virtude da extraterritorialidade incondicionada.**

6) Analise as afirmativas abaixo, em relação ao Título “Da Aplicação da Lei Penal¹”, do Código Penal Comum.

I- Considera-se praticado o crime no momento em que ocorreu a ação ou a omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.

II- A plica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.

III- Considera-se praticado o crime no lugar da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.

IV- A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas, ou nela é computada, quando idênticas.

Assinale a opção correta.

- A Apenas a afirmativa IV está correta.**
- B Apenas as afirmativas I, II e III estão corretas.**
- C Apenas as afirmativas I, III e IV estão corretas.**
- D Apenas as afirmativas I e III estão corretas.**
- E Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.**

7) Julgue o item subsequente, relativo ao direito penal.

Entre os princípios constitucionais relativos ao direito penal, consta a proibição da retroatividade da lei penal, salvo para, de qualquer modo, beneficiar o réu, sendo que a lei posterior mais benéfica pode ser aplicada mesmo a fatos anteriores decididos por sentença condenatória transitada em julgado.

() Certo

() Errado

8) Em relação aos princípios constitucionais do Direito Penal, pode-se afirmar que:

A) os princípios da ampla defesa e do contraditório devem ser obrigatoriamente observados nos inquéritos policiais.

B) o princípio do Juiz Natural está previsto expressamente na Constituição e admite que os acusados sejam processados e julgados por Tribunais de exceção.

C) o princípio da presunção de inocência não consta expressamente do Texto Constitucional, apenas sendo reconhecido pela doutrina.

D) o princípio da responsabilidade pessoal do agente do crime ou da intranscendência da pena é garantido expressamente na Constituição, assegurando que nenhuma pena passará da pessoa do condenado.

E) em excepcionais hipóteses, a Constituição Federal admite a prisão perpétua do acusado e a pena de banimento.

9) Em relação aos princípios e às normas gerais de direito penal, julgue o item subsecutivo.

A expressão “Não há crime sem lei anterior que o defina nem pena sem prévia cominação legal” traduz constitucionalmente o princípio da anterioridade da lei penal.

() Certo

() Errado

10) Sobre o aspecto da alteridade, vinculado ao princípio da lesividade ou ofensividade, é correto afirmar que:

A permite que sejam punidas condições existenciais, especialmente quando contrárias à moral pública.

B proíbe o recurso à analogia na criação de tipos penais incriminadores e na cominação de penas.

C contrapõe ao menos dois sujeitos, impondo que o sujeito ativo lesione ou ameace de lesão bens jurídicos alheios.

D apregoa que a pena não tem por finalidade fazer sofrer o condenado, determinando ao Estado a preservação da sua integridade física e moral.

E sustenta que a pena não pode passar da pessoa do condenado, sendo certo que ninguém pode ser punido pela conduta de outrem.

GABARITO

- 1-----c
- 2-----c
- 3-----a
- 4-----c
- 5-----e
- 6-----e
- 7-----certo
- 8-----d
- 9-----certo
- 10-----c

Se você gostou do estilo do nosso simulado, compartilhe nosso site com mais pessoas , desse modo você vai está ajudando no desenvolvimento do nosso trabalho, e cada vez mais vamos criar conteúdos para vocês concurseiros.

Siga Nossa Página No Instagram @Vocacaomilitar

Nosso Whatsapp De Atendimento (77)-81543810

Nosso Site Oficial www.vocacaomilitar.pt

Sigam Nossa Página Vocação Militar